



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DA CONCEIÇÃO-TO

### ESTADO DO TOCANTINS

### Política de Privacidade

O Portal do Cidadão se compromete a proteger a privacidade e a segurança dos cidadãos que o visitam.

#### **Política de privacidade on-line**

**Coleta e divulgação de informação:** Para garantir que possamos nos comunicar corretamente com os cidadãos que nos acessam, algumas informações serão coletadas para que possam ser associadas a uma pessoa específica. A isso chamamos de “Informação pessoal”, a qual inclui, a fins de esclarecimento, nomes, endereços, números de telefone e endereços de e-mail.

Toda informação pessoal será coletada com a permissão daqueles que solicitem receber e-mail ou outros serviços nossos. Toda informação pessoal será coletada para fornecer àqueles que assim permitirem informação precisa através de e-mail sobre atualizações em publicações e notificações de andamento de solicitações e manifestações.

É de nossa política geral não divulgar qualquer informação pessoal a quaisquer outros entes além dos servidores desta instituição, assessores e representantes legalmente instituídos.

Alguns serviços oferecidos requerem cadastros mais detalhados, como exemplo a solicitação de informação, a manifestação na Ouvidoria, entre outros. Para tais serviços mantemos banco de dados específico protegido e com acesso restrito. Recomendamos aos usuários o não compartilhamento de seu login e senha, ou protocolos e códigos de acesso para terceiros, buscando assim o maior controle desses dados.

As informações pessoais requeridas nesses cadastros obedecem as disposições das Leis 12.527/12 e 13.460/17 quanto à identificação pessoal, configurando-se dados obrigatórios. Dados sensíveis estão dispostos nos formulários de cadastro, sendo seu preenchimento de caráter opcional, e servem exclusivamente para a criação de relatórios estatísticos, conforme requisitados nas citadas legislações. O cidadão também poderá autorizar o registro de sua geolocalização, utilizada nas estatísticas de acessos do portal.

**Finalidade das informações:** Usamos as informações que coletamos para aprimorar os serviços oferecidos, sanar falhas em sistemas de atendimento e, ainda, desenvolver novas soluções para trazer mais agilidade e conforto ao dia a dia dos cidadãos.

**Cancelamento e modificação de informações:** Inscritos em nossa lista de e-mail podem cancelar suas inscrições através de um link presente no fim de cada e-mail enviado pelo Portal do Cidadão.



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DA CONCEIÇÃO-TO

### ESTADO DO TOCANTINS

**Visualização da informação coletada pelo site:** É feito o registro de endereços IP, com localizações de computadores ou redes na Internet, para posterior análise a fim de conhecer números de acessos de páginas, e se obter a popularidade de algumas páginas a fim de otimizar a experiência dos cidadãos no portal. Não é coletada, solicitada ou registrada qualquer informação pessoal dos usuários de Internet através desses processos.

**Cookies:** Os cookies são uma minúscula quantidade de informações armazenadas pelo navegador do usuário que ajuda um site ou serviço a reconhecer o único computador deste usuário, e podem armazenar dados necessários à operacionalização de aplicações. É possível remover ou bloquear cookies alterando as configurações de seu navegador.

Cookies específicos de algumas seções podem ser usados pelo Portal do Cidadão para melhorar a experiência do usuário, a fins de medidas básicas da web. Com a utilização destes cookies é possível realizar a organização de menus, a ativação de login de usuários e o acompanhamento de protocolos.

**Privacidade das listas de e-mail:** Conforme foi mencionado, fazemos uso de listas de e-mail para manter aqueles que permitem, desejam e têm interesse em se manter informados sobre tópicos importantes, para as quais estes devem solicitar inclusão. O programa do servidor destas listas é configurado de modo a recusar a divulgação dos endereços de e-mail de nossa lista de inscritos a qualquer outro que não aquele autorizado por nós. No entanto, não somos autores do programa e, portanto, responsáveis por quaisquer falhas no programa para preservar o anonimato do inscrito.

**Segurança:** Fazemos uso de uma série de garantias físicas, eletrônicas e metodológicas para proteger informações pessoais. Fazemos uso de ferramentas e técnicas comerciais para garantir a proteção contra acessos não-autorizados ao nosso sistema. Também restringimos o acesso à informação pessoal àqueles que a necessitam no decorrer de suas atividades para nós. Suas próprias garantias para fazer a proteção contra acessos não-autorizados têm papel importante na proteção da segurança de suas informações pessoais. Sempre que terminar de usar um computador compartilhado, saia de sua conta e sempre faça log out de qualquer site no qual seja possível visualizar suas informações pessoais. É possível que tenhamos links para sites exteriores dos quais não temos controle. Não somos responsáveis pelo conteúdo ou pela política de privacidade de tais sites. Usuários devem checar a política de privacidade de cada site.

**Mudanças nesta política de privacidade:** Esta política de privacidade será revisada e atualizada se mudanças ocorrerem em nossas práticas, ou se desejarmos uma melhor maneira de lhe informarmos sobre estas. Visite esta página constantemente para obter informações atualizadas, assim como a data de quaisquer mudanças. Se esta



# CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DA CONCEIÇÃO-TO

## ESTADO DO TOCANTINS

política de privacidade for alterada, nova política de privacidade será colocada no Portal do Cidadão com a devida alteração da data no fim da página. Mudanças nesta política de privacidade não se aplicam de modo retroativo.

**Versão publicada em 25 de agosto de 2021**

### TERMOS DE USO

Materiais produzidos pela Instituição contidos neste site não estão protegidos por direitos autorais. A Instituição pode receber e manter tais direitos transferidos por atribuição, legado ou outro meio.

### Licença Creative Commons

Exceto onde for apontado de outra forma, conteúdos de terceiros neste site estão sob a Licença de Atribuição Creative Commons 3.0. Visitantes deste site concordam em conceder uma licença não-exclusiva, irrevogável e sem direito controlado ao resto do mundo por submissão ao Portal do Cidadão, sob a Licença de Atribuição Creative Commons 3.0.

O Portal do Cidadão respeita a propriedade intelectual de todos e pede aos usuários de nosso site que façam o mesmo. O Portal do Cidadão adotou uma política de cancelamento, sob circunstâncias apropriadas e sem restrições, para usuários ou donos de contas que estejam comprovadamente repetindo transgressões. Também temos a permissão de, sem restrições, limitar o acesso ao site ou cancelar contas de quaisquer usuários que transgridam direitos da propriedade intelectual de terceiros, quer tenha havido repetidas transgressões ou não.

### Lei Geral de Proteção de Dados

A Lei Federal nº. 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) institui a política de proteção de dados pessoais

**Responsável / Encarregado:** LARISSA PEREIRA LIMA

**Telefone:** (63) 992794821 | (63)3691-1600

**E-mail:** camara@riodaconceicao.to.leg.br

**Matrícula:** 37

**A LGPD (Lei Federal nº. 13.709/2018)** prevê três atores relacionados com o tratamento de dados pessoais: o controlador, o operador e o encarregado.

**controlador** é pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.



## CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DA CONCEIÇÃO-TO

### ESTADO DO TOCANTINS

O **operador** é a pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

O **encarregado** é pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

#### **Competências do Encarregado (art. 41):**

§ 1º A identidade e as informações de contato do encarregado deverão ser divulgadas publicamente, de forma clara e objetiva, preferencialmente no sítio eletrônico do controlador.

§ 2º As atividades do encarregado consistem em:

- I - aceitar reclamações e comunicações dos titulares, prestar esclarecimentos e adotar providências;
- II - receber comunicações da autoridade nacional e adotar providências;
- III - orientar os funcionários e os contratados da entidade a respeito das práticas a serem tomadas em relação à proteção de dados pessoais; e
- IV - executar as demais atribuições determinadas pelo controlador ou estabelecidas em normas complementares.

§ 3º A autoridade nacional poderá estabelecer normas complementares sobre a definição e as atribuições do encarregado, inclusive hipóteses de dispensa da necessidade de sua indicação, conforme a natureza e o porte da entidade ou o volume de operações de tratamento de dados.